V CONGRESSO INTERNACIONAL DAS **LICENCIATURAS** COINTER - PDVL 2018

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: O MERCOSUL NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

EDUCATION AND DEVELOPMENT: THE MERCOSUR ON THE BRAZILIAN EDUCATION SYSTEM

Apresentação: Comunicação Oral

Lucas Alves de Oliveira¹; Maria Trinidad Pacherez Velasco²

DOI: <https://doi.org/10.31692/2358-9728.VCOINTERPDVL.2018.00070>

Resumo

Esta pesquisa se propõe a discutir o papel da Política Externa Brasileira (PEB) nas políticas públicas educacionais. Partiu-se do contexto histórico-econômico da década de 80 e início dos anos 90, analisando como as posições adotadas pelo Brasil durante esse período influenciaram a formulação de políticas públicas, principalmente nos setores educacional e econômico. Hoje a educação foca em uma formação que direciona o cidadão tanto para o desenvolvimento de habilidades voltadas ao trabalho de acordo com as necessidades econômicas, quanto ao seu autoconhecimento como cidadão latino-americano. Com base nas pesquisas de Day (2012), Piletti e Praxedes (1998), Souza (1995) e outros, além da revisão de documentos nacionais e internacionais, foi analisado como a PEB influenciou, principalmente através de acordos propostos pelo MERCOSUL, a formulação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, além de políticas educacionais criadas nos anos seguintes, como a lei da oferta obrigatória do ensino de espanhol e a lei que criou a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. A fim de abordar tais questões, ao longo do texto foi respondida a seguinte pergunta: como as posições adotadas pelo Brasil, através de sua política externa, influenciaram o atual sistema educacional brasileiro? Ao final percebeu-se que a educação no Brasil foi – e ainda é – fortemente influenciada pela conjuntura econômica global e, conseqüentemente, pelas posições adotadas pelo governo no cenário internacional, principalmente no plano regional. A melhoria educacional, baseada no multilateralismo, passou a ser vista como peça fundamental para a forte e competitiva inserção do país no cenário global.

Palavras-Chave: Educação, MERCOSUL, Política Externa, Integração.

Abstract

The article proposes to discuss the role of the Brazilian Foreign Policy (PEB) in public educational policies. It started out from the historical-economic context in the 80's and early 90's by analyzing how the positions taken by Brazil during this period swayed the formulation of public policies, mainly in educational and economic sectors. Today education focuses on a formation that directs the citizen both to development of skills geared to work according to economic needs, and to self-knowledge as a Latin American citizen. Based on researches

¹ Aluno do curso de licenciatura em Espanhol – IFRN/CNAT. lucas16alvesru@hotmail.com

² Doutora, professora do IFRN/CNAT. maria.velasco@ifrn.edu.br

carried by Day (2012), Piletti and Praxedes (1998), Souza (1995) and others, besides national and international documents review, it was analyzed how the PEB influenced, mainly through the agreements proposed by MERCOSUR, the formulation of the Education Law of 1996 and educational policies created in the following years, such as the mandatory provision of Spanish teaching and the law establishing the Federal University of Latin American Integration - UNILA. In order to address such queries, the following question was answered throughout the text: how have the positions taken by Brazil with its foreign policy influenced the current Brazilian educational system? It was noticed that education in Brazil was - and still is - heavily influenced by the global economic situation and, therefore, by Brazil's positions taken in the international scenario, chiefly at the regional level. The education's improvement based on regional multilateralism has come to be seen as a key point for the strong and competitive insertion of the country in the global scenario.

Keywords: Education, MERCOSUR, Foreign Policy, Integration.

Introdução

Para o Brasil, a América do Sul é, antes de qualquer coisa, uma condição geográfica inegável e inalterável. Tal condicionamento acaba sendo responsável pela formulação de uma projeção de futuro em que o relacionamento com os países da região tenha objetivos claros e metas de longo prazo.

As políticas adotadas e defendidas pelo Brasil no plano internacional ao longo dos anos têm influenciado, ora de forma direta, ora de forma indireta, a criação de políticas públicas internas que respaldam os posicionamentos brasileiros, e uma dessas políticas diretamente influenciadas é exatamente a educação.

Este artigo se propõe a analisar como a criação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – no início dos anos 90 acabou influenciando a criação e reformulação de leis relacionadas à área educacional. Para isso foram analisados documentos oficiais tanto da época como de anos subsequentes que comprovam essa relação entre política externa e interna na formulação de políticas educacionais.

A necessidade da realização desta pesquisa se dá pelo fato de ainda hoje muitos dos posicionamentos brasileiros diante de organismos internacionais e do seu relacionamento direto com outros países ser simplesmente desconhecido ou até mesmo ignorado por uma parcela da população, a qual, muitas vezes, não sabe nem mesmo o que vem a ser política externa.

Acreditamos e percebemos que o nosso estudo possui relevância face à contribuição do entendimento do conjunto de que atitudes governamentais como um todo influenciam a criação de políticas públicas dos mais variados tipos. O foco será em políticas de educação, e saber como o governo se posiciona no exterior significa poder prever quais mudanças ocorrerão ou

não dentro do país nos mais variados setores.

Fundamentação Teórica

Neste trabalho nos pautamos em três macro temas do cenário internacional, a saber: A economia e integração regional: MERCOSUL; o MERCOSUL e a educação; e consequências do MERCOSUL na educação brasileira. Para melhor transitar na apresentação dos resultados e a nossa discussão sobre isso, respaldando-nos na compreensão e pensamento de Day (2012), Piletti e Praxedes (1998), Souza (1995) e outros autores.

Em primeiro lugar, achamos pertinente apresentar o nosso entendimento sobre o que seria “política externa” neste escopo, no intuito de localizar e nortear o resultado da nossa pesquisa.

Wihelmy (1998) considera a política externa um conjunto de atividades políticas responsáveis por promover os interesses de um Estado perante outros Estados. Altemani (2005) completa dizendo que tais interesses são analisados de forma que as necessidades internas e as possibilidades externas sejam compatibilizadas. Ou seja, “a política externa representa um esforço intelectual e pragmático de determinação de interesses convergentes e/ou divergentes entre os parceiros” (ALTEMANI, 2005, p. 5-6).

Metodologia

Através de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, procuramos inicialmente relembrar alguns acontecimentos históricos que influenciaram a aproximação dos países da região e, conseqüentemente, a criação do MERCOSUL em 1991. Logo em seguida, analisamos a importância da educação para o sucesso do então criado bloco e, finalmente, mostramos exemplos de leis que apresentam textos comprovando a relação entre a política externa e as políticas educacionais do Brasil.

Resultados e Discussão

a. Economia e integração regional: MERCOSUL

O fim da Guerra Fria³ entre o final da década de 80 e o início dos anos 90 resultou na vitória do capitalismo sobre o socialismo soviético, e com isso a globalização e suas relações

³ Conflito indireto entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética (URSS) durante o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e o fim da URSS (1991).

econômicas e culturais aumentaram significativamente. Dentre as principais mudanças da época, tem-se a popularização da ideologia neoliberal⁴ e o aumento do livre mercado e da divisão de trabalho, fatores que acabaram influenciando a conjuntura internacional e a política interna e externa de países como o Brasil e a Argentina (CERVO; BUENO, 2008 *apud* ALMEIDA; OLIVEIRA, 2011).

Antes disso, ainda durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), ao aproximar-se de parceiros continentais e de antever ações multilaterais, o governo buscou através de relações com nações vizinhas “incorporar na agenda externa nacional brasileira a ideia de uma identidade latino-americana do Brasil” (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2011, p. 3).

Após os processos de redemocratização⁵ ocorridos na Argentina e no Brasil, as relações entre as duas nações resultaram em uma cooperação a partir da assinatura da Declaração de Iguaçu⁶, em 1985, sendo esse o primeiro acordo entre os dois países na era pós-ditadura (BARTHELMESS, 2016).

Em 1991, o Brasil, tendo como base constitucional o artigo 4º da Constituição Federal de 1988⁷ (CF/88), juntamente com a Argentina, Paraguai e Uruguai, assinou o Tratado de Assunção, documento responsável por criar formalmente o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL⁸.

Almeida e Oliveira (2011) afirmam que o surgimento do bloco nessa época, entre outros motivos, teve a função de implementar algumas políticas sugeridas pelo FMI⁹ baseadas no Consenso de Washington¹⁰. Além disso, apontam que, segundo a lógica adotada no acordo,

⁴ Segundo o Dicionário Aurélio, o neoliberalismo é uma “forma moderna de liberalismo que permite uma intervenção limitada do Estado”. Disponível em < <https://dicionariodoaurelio.com/neoliberalismo> >. Acesso em outubro de 2018.

⁵ O Brasil ficou durante 21 anos (1964-1985) sendo governado por militares, enquanto que na Argentina esse período durou 7 anos (1966-1973).

⁶ Assinada pelos presidentes José Sarney (BR) e Raúl Alfonsín (ARG), o documento visava um projeto de integração abrangendo interesses comuns aos dois países, principalmente na coordenação de temas bilaterais, regionais e de assuntos da pauta internacional.

⁷ Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (Brasil, 1988).

⁸ Além dos seus países fundadores, atualmente ele é formado por todos as demais nações sul-americanas, estando essas vinculadas ao bloco como Estados Associados, com exceção da Bolívia, cujo “status” de Estado Associado ainda está em processo de adesão, e da Venezuela, suspensão do bloco por descumprimento do Protocolo de Adesão (2016) e por violação da Cláusula Democrática do Bloco (2017). Disponível em < <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul> >. Acesso em setembro de 2018.

⁹ Fundo Monetário Internacional.

¹⁰ Encontro ocorrido em 1989 nos Estados Unidos responsável por elencar uma série de medidas econômicas baseadas em políticas neoliberais, as quais visavam o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países latino-americanos.

(...) o MERCOSUL seria uma estratégia válida de desenvolvimento para a região, ao mesmo tempo em que aumentaria a competitividade da região como bloco frente aos outros blocos e grandes potências mundiais. As recomendações (...) passaram a ser aplicadas na maioria dos países da América Latina através da cartilha de empréstimos do FMI.

As recomendações objetivavam fomentar o comércio na região e, dessa forma, possibilitar um maior desenvolvimento econômico e social.

b. MERCOSUL e a educação

Com o MERCOSUL, as relações entre os Estados da região aumentaram consideravelmente, causando, inclusive, negociações do próprio bloco com países terceiros e até mesmo com outros blocos econômicos. Contudo, segundo Veiga (1995, p. 15),

“Na medida que são eliminadas automaticamente as barreiras ao comércio intra-MERCOSUL, a evolução da situação doméstica de cada país-membro tende crescentemente a influenciar o sentido e o volume dos fluxos de comércio entre os parceiros”.

Ou seja, a partir do momento em que determinadas barreiras comerciais foram reformuladas ou deixaram de existir, as políticas internas de cada uma das nações envolvidas passaram a fazer parte do novo desafio que precisaria ser enfrentado na região. Consequentemente, elas transformaram-se em questões altamente consideradas e determinadoras tanto das negociações comerciais que estavam ocorrendo quanto das futuras que estavam por vir. Dentre essas políticas, tem-se as educacionais, e isso pelo fato de que, para atingir um alto nível frente à concorrência, era “imprescindível o aprimoramento do grau de competitividade de suas empresas” (PILETTI E PRAXEDES, 1998, p. 220).

A partir de então, foi necessário promover ações que facilitassem o movimento populacional, principalmente o das pessoas economicamente ativas, entre os Estados do bloco. Ademais, houve a necessidade de aumentar investimentos em capacitação científica e tecnológica de recursos humanos e de “promover o conhecimento mútuo e o respeito pelas diferenças culturais, de avaliar o impacto que a integração teria para a região” (SOUZA, 1995, p. 3)

Desde o início das negociações que intencionavam a formação do MERCOSUL, a educação já era vista como um elemento chave de integração regional, e prova disso é o fato de o setor educacional do bloco ter sido organizado praticamente de forma sincrônica à assinatura do Tratado de Assunção. Paulo Souza, ministro da educação entre 1995 e 2001, disse que a

integração com regras e moeda próprias apenas ocorreria se houvesse entre os Estados membros “conhecimento e respeito mútuos pelas culturas de seus parceiros (SOUZA, 1995, p. 3)

De acordo com Piletti e Praxedes (1998), a qualidade dos sistemas educacionais dos países do bloco transformou-se em um importante propulsor de crescimento econômico regional. Isso se deu porque, ao levar em consideração o investimento direto tanto em capital humano quanto na capacitação tecnológica, um maior desenvolvimento socioeconômico das nações envolvidas seria possibilitado através da melhoria do rendimento do trabalho realizado pelas pessoas que fossem capacitadas. A educação, dessa forma,

“(...) volta a ocupar lugar central nas estratégias governamentais e empresariais, por constituir um fator fundamental no processo de qualificação de recursos humanos para a produção e o consumo baseados em altas tecnologias, adequadas ao nível da competitividade internacional (Piletti e Praxedes, 1998, p. 220).

A melhoria no processo de ensino e aprendizagem ficou atrelada às necessidades dos países. Para supri-las foi necessário um “esforço conjunto das universidades, governos e empresas para incorporar a ‘competitividade ao conhecimento’” (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2011, p. 7), sendo vital também que os trabalhadores, ainda como afirmaram com Almeida e Oliveira (2011), além de abraçar a ideologia da época e da empresa, procurassem sempre uma formação continuada e atualizada

De acordo com um estudo realizado na década de 90 por Humphrey (1994), o qual focou na qualidade e produtividade da indústria de manufatura brasileira¹¹ no Rio Grande do Sul e em São Paulo, essa a principal região industrial do MERCOSUL¹², um problema constante das companhias pesquisadas que adotavam um sistema de treinamento extensivo era exatamente o baixo nível educacional dos trabalhadores industriais. De acordo com 14 dos 18 entrevistados, a educação básica foi descrita como “uma área crucial, que deveria ser melhorada pela política governamental” (HUMPHERY, 1994, p.127).

Desde 1991 ocorre a Reunião de Ministros de Educação do Mercosul (RME), instância orgânica superior do Setor Educacional do Mercosul, ela é integrada pelos Ministros de Educação dos Estados Partes. O Setor Educacional e a RME têm a função de celebrar, através de negociações de políticas públicas, acordos relacionados à gestão educacional responsáveis

¹¹ HUMPHERY, 1994, p. 123-128.

¹² PILETI, N.; PRAXEDES. W. MERCOSUL, 1998, p. 225

por promover o desenvolvimento das políticas, principalmente as educacionais, nos Estados membros e associados.¹³

Em 1992 o Conselho de Mercado Comum (CMC)¹⁴ aprovou o Plano Trienal para o Setor Educação no Contexto do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O Plano foi dividido nos seguintes programas: “Formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração”, com a finalidade de implementar a língua portuguesa e espanhola nas instituições de ensino dos sistemas educacionais de cada nação; “Capacitação de recursos humanos para contribuir ao desenvolvimento”, com o objetivo de fomentar estratégias de desenvolvimento nos níveis básico e médio, visando à “formação técnico-profissional e de alto nível”¹⁵; e a “Compatibilização e harmonização dos sistemas educativos”, que seria a criação de um sistema que permitisse a compatibilização dos sistemas educativos e de informações relativas aos dados educativos dos Estados Partes (MERCOSUL, 1992).

Ao observar os objetivos do Plano Trienal, percebe-se que com a formulação do documento houve uma tentativa explícita de estreitar o vínculo entre o setor educacional e os setores de produção. Com esse intuito, foram criadas formas de fazer com que os sistemas educacionais dos Estados membros oferecessem educação adequada e de qualidade aos seus cidadãos, e que, dessa maneira, o MERCOSUL em geral pudesse estar integrado economicamente e concorrendo à altura do mercado internacional (PILETTI E PRAXEDES, 1998, p. 227).

A educação, através de uma integração responsável por vincular sistemas de formação e de trabalho e das propostas do Plano Trienal, passou a ser vista como base para futuros benefícios econômicos e sociais. Isso levaria as nações do Mercado Comum do Sul não somente a uma nova formação econômica, mas também a consolidação de uma identidade cultural com uma visão regional (SOUZA, 1995, p. 5).

Em 1994, como apontam Almeida e Oliveira (2011), foi aprovado um protocolo¹⁶ que facilitou o processo de transferência de alunos entre os países signatários do tratado, além de

¹³ Disponível em < <http://www.edu.mercosur.int> >. Acesso em setembro de 2018.

¹⁴ Órgão responsável pela condução do processo político que envolve a integração do bloco. Ele é composto pelos Ministros de Relações Exteriores e os de Economia de cada Estado Parte. Disponível em < <http://www.mercosur.int/> >. Acesso em setembro de 2018.

¹⁵ MERCOSUL, 1992.

¹⁶ Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico (Mercosul, 1994).

outros que direcionavam os currículos nacionais a discutir em sala de aula temas históricos e geográficos pertinentes à América do Sul.

Nos anos subsequentes foram assinados outros protocolos que revalidavam diplomas, certificados e títulos, reconheciam o nível médio técnico e incluíam, inclusive, prosseguimentos em estudos de pós-graduação em universidades sul-americanas.

Atualmente Mercado Comum do Sul possui alguns programas educacionais vigentes, como o Programa de Intercâmbio Acadêmico de Português e Espanhol, o Núcleo de Estudos e Pesquisas na Educação Superior do MERCOSUL, o Universitários Mercosul, o Sistema Integrado de Fomento para a Qualidade dos Cursos de Pós-graduação do MERCOSUL e mais alguns, todos visando a integração educacional.

c. Consequências do MERCOSUL na educação brasileira

Tanto a Constituição Federal de 1988, através da Emenda Constitucional 14/1996, quanto a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)¹⁷ de 1996 representam marcos legislativos na educação brasileira (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2011). A educação ficou dividida entre a educação regular, compreendendo a educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e educação superior; e educação formal, dividida em educação especial, educação de jovens e adultos; e educação profissional (RAIZER, 2007, p. 164).

Em seu artigo 205, o texto constitucional afirma que a educação visará, entre outras coisas, a qualificação para o trabalho. Já no artigo 2º da LDB de 1996, a educação adquire a finalidade, e não mais visão, de qualificar o educando para o trabalho (BRASIL, 1996), permitindo inferir, com base no contexto histórico-econômico da época, que as mudanças econômicas mundiais e pelas quais o país passou influenciaram a visão da educação nacional, uma vez que o texto da lei passou a apresentar como um dos fins educacionais a preparação para o trabalho.

O trabalho ainda aparece em outros trechos da LDB de 1996, a exemplo do seu artigo 1, parágrafo 2º, onde “a educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996); e no artigo 3º, inciso XI, responsável por elencar o trabalho, entre outros, como um dos princípios aos quais a educação deverá estar vinculada.

Além disso tudo, como foi citado logo no início, o artigo 4º da CF/88 determina em seu parágrafo único que o Brasil deverá buscar uma integração econômica, política, social e cultural

¹⁷ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

com os países latino americanos, além de determinar os princípios pelos quais que direcionarão as relações internacionais do Brasil (BRASIL, 1988).

Indo para o plano do ensino de línguas, consta-se que as políticas linguísticas brasileiras foram igualmente influenciadas pela Política Externa Brasileira (PEB). Na LDB de 1996, por exemplo, é determinado que a presença da língua inglesa seja obrigatória nos currículos do ensino médio, e a oferta de uma segunda língua estrangeira, preferencialmente o espanhol, seja optativa¹⁸.

Obrigatoriedade do ensino de línguas estrangeiras entre a Reforma Capanema¹⁹ e a LDB de 96.
Fonte: Day (2012)

De acordo com o que é mostrado no gráfico, Day (2012) comenta que em 30 anos o efetivo ensino de línguas passou de obrigatório para a sua retirada total, sendo ele retomado somente em 1996 com a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa, à época já considerada uma “língua global”. Podemos então inferir que essa obrigatoriedade ocorreu, entre outros motivos, para possibilitar uma maior comunicação do Brasil com outros países além dos sul-americanos, resultado de uma política exterior que pretendia expandir-se não apenas em nível regional, mas também em nível global.

Ao pactuar com a promoção de integração proposta no artigo 4º da CF de 1988 e com o Plano Trienal de 1992, o Brasil comprometeu-se com a disseminação da língua espanhola e da cultura latino-americana no território nacional, sendo ela tratada na LDB como “preferencial” na opção de uma segunda língua estrangeira. Segundo Day (2012, p. 8), essa decisão impulsionou a “abertura em diversas universidades de licenciatura em espanhol e de cursos de espanhol em tradicionais escolas de inglês”.

¹⁸ Lei nº 9.394/96, artigo 35-A (BRASIL, 1996).

¹⁹ Reforma educacional ocorrida em 1942 durante o governo de Getúlio Vargas.

Ainda como consequência do comprometimento brasileiro, em 2005 é sancionada a Lei 11.161²⁰, mais conhecida como “Lei do Espanhol”, na qual se determinava a obrigatoriedade da oferta, com matrícula facultativa da língua espanhola em escolas públicas e privadas.

A criação de políticas linguísticas na década de 90 e no início dos anos 2000 é mais uma forte evidência de como as políticas internas, mais especificamente as políticas educacionais, são influenciadas pelas posições adotadas pelo Brasil diante da comunidade internacional.

Um dos ápices das políticas educacionais de integração oriundas do MERCOSUL foi a lei n. 12.189, de 12 de janeiro de 2010, a qual fala sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, localizada em Foz do Iguaçu, Paraná. De acordo com o seu artigo 2º,

A Unila terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (BRASIL, 2010).

Observar os objetivos da UNILA dispostos no artigo 2º da lei permite-nos notar que a culminância de grande parte dos objetivos visionados no início da década de noventa vem sendo, mesmo que em passos lentos, alcançada. A UNILA veio “com a missão de promover a integração do continente por meio do conhecimento”²¹.

Conclusões

Após o que foi exposto acima, concluímos que tanto a educação como outros setores impulsionadores de desenvolvimento foram e ainda são diretamente influenciadas pelas ações e posições brasileiras no plano internacional. A política externa adotada pelos governos na década de 80 e início dos anos 90 levou à criação de políticas públicas, principalmente na área educacional, que visavam, entre outras coisas, a inserção do Brasil em um mercado econômico mais ativo e competitivo por meio de uma melhor e maior capacitação de recursos humanos.

A integração e o livre comércio entre os países do MERCOSUL, assim como as negociações com outros países e até as realizadas entre blocos, demonstram a intenção dos países sul-americanos em inserir-se competitivamente no cenário econômico mundial, além de

²⁰ Revogada pela lei nº 13.415, de 2017.

²¹ Disponível em < <https://www.unila.edu.br/noticias/anivers%C3%A1rio-cria%C3%A7%C3%A3o-da-unila> >. Acesso em setembro de 2018.

ser uma evidência de como elas podem influenciar nas políticas internas dos países (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2011, p. 7).

Os sistemas educacionais dos países membros precisaram ser reformulados para que as necessidades do mercado internacional fossem atendidas, sempre focando na melhoria das populações sul-americanas. O sucesso do MERCOSUL dependia, especialmente, do desenvolvimento educacional nos países envolvidos, e isso porque uma grande disparidade nos níveis educacionais dos Estados do bloco prejudicaria a integração, principalmente na área econômica.

A educação notadamente tornou-se o combustível impulsionador do desenvolvimento e integração regional. As políticas educacionais brasileiras influenciadas especialmente pelos objetivos pretendidos pelo MERCOSUL visaram e ainda visam expandir os horizontes dos estudantes e professores brasileiros, direcionando-os tanto para um amplo e melhor desenvolvimento técnico científico voltado ao trabalho quanto para uma maior conscientização da identidade latino-americana.

Segundo Day (2012), ao mesmo tempo que o indivíduo quer participar ativamente das mudanças ocorridas pela globalização, ele quer que sua identidade, seja ela regional ou local, seja reconhecida pela comunidade global, e isso ocorre através do respeito e da valorização da sua cultura e língua.

Ao pensar em uma política voltada para a valorização do local ao mesmo tempo em que não se esquece de sua expansão no plano global, adotando políticas educacionais voltadas para atender tais objetivos, a política externa brasileira acaba reconhecendo que um dos carros chefe para o desenvolvimento e melhoria da sociedade é através de uma educação que valoriza não apenas o ensino responsável por melhorar a capacidade produtiva de seus cidadão, mas também uma educação que valoriza toda uma cultura desenvolvida ao longo dos últimos séculos e que representa parte do que nos caracteriza como “povo brasileiro”.

Observar a política externa adotada pelo governo nos auxilia, dessa forma, a prever quais serão as atitudes tomadas em relação a áreas cruciais para o desenvolvimento, como, por exemplo, a educação.

Referências

ALMEIDA, H.; OLIVEIRA, A. MERCOSUL e as políticas de integração: Políticas de Educação. In: Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2., 2011, São Carlos

ALTEMANI, H. Política externa brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005

BARTHELMESS, E. As relações Brasil-Argentina no aniversário da Declaração do Iguaçu. In: **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 27-43, 2016

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998

BRASIL, Lei n. 12.189, de 12 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências**, Brasília, DF, janeiro 2010

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, DF, dezembro 1996

DAY, Kelly. Ensino de línguas estrangeiras no Brasil: entre a escolha obrigatória e a obrigatoriedade voluntária. In **Revista Escrita**, Rio de Janeiro, n° 15, p. 1-13, 2012.

HUMPHREY, John. A gestão de mão-de-obra e os sistemas de produção no Terceiro Mundo. In: **Estudos Avançados**, v. 8, n. 21, p. 119-146, 1994

MERCOSUL. Decreto n° 07/92, aprova o Plano Trienal para o Setor Educação no Contexto do MERCOSUL. 1992

PILETI, N; PRAXEDES. W. MERCOSUL, competitividade e educação. In: **Estudos Avançados**, v. 12, n° 34, São Paulo, setembro/dezembro 1998

RAIZER, L. Educação para a integração: Rumo ao MERCOSUL Educacional? In: **Políticas Educativas**, Campinas, v. 1, n° 1, outubro 2007

SIMÕES, A. Integração: sonho e realidade na América do Sul - Brasília: FUNAG, 2011

SOUZA, Paulo Renato. A educação no MERCOSUL. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out. /dez. 1995

VEIGA, Pedro Motta. MERCOSUL: a agenda da consolidação e os dilemas da ampliação. In: **MERCOSUL: Blocos internacionais**, v. 09, n°. 1, janeiro-março 1995

WILHELMY, Manfred. Política internacional: enfoques y realidades. Buenos Aires: GEL, 1988